

Apresentação

Flávia Maria Schlee Eyler

Departamento de História da PUC-Rio

Como Italo Calvino¹ sugere, o dia de hoje, por mais banal e mortificante, é sempre o ponto em que nos situamos para olhar para a frente ou para trás. Para poder ler os clássicos, temos de definir “de onde” eles estão sendo lidos, caso contrário tanto o livro quanto o leitor se perdem numa nuvem atemporal. Assim, a presente edição de *Maomé e Carlos Magno* suscita algumas indagações que devem abrir caminho para uma reflexão sobre a própria escrita da história. É no cruzamento de temporalidades diversas que podemos atualizar o persistente rumor que a obra de Henri Pirenne provoca, na medida em que nos faz entender quem somos e aonde chegamos. Como diz Marc Bloch,² é tal a força da solidariedade das épocas, que os laços de inteligibilidade entre elas se tecem verdadeiramente nos dois sentidos. A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja mais útil nos esforçarmos para compreender o passado, se nada sabemos do presente.

Os acontecimentos mais recentes apenas confirmam a ausência de um sentido preciso para os termos *civilização* e *barbárie*. Como nomear aquilo que, na Europa, entre 1914 e 1945, produziu – com guerras, deportações, limpezas étnicas, Auschwitz e Gulag – em torno de 100 milhões de mortes? O 11 de setembro seria o emblema não apenas de uma crise, mas da morte, ou passagem, para outro tipo de civilização?³

Situamos a relevância da presente edição de *Maomé e Carlos Magno* nas palavras do próprio Henri Pirenne: “Se eu fosse um antiquário, só teria olhos para as coisas velhas. Mas sou um his-

torizador. É por isso que amo a vida.”⁴ Só o contato vigoroso com as questões do tempo presente educa a sensibilidade necessária ao historiador. Para Pirenne, de acordo com Bloch,⁵ o erudito que não tivesse o gosto de olhar em volta de si mesmo, nem para os homens, nem para as coisas, nem para os acontecimentos, mereceria que o chamassem de um prestimoso antiquário. Mas deveria ter o bom senso de renunciar ao nome de historiador.

Assim, presa à inevitável fratura do tempo, entre aquilo que já passou e aquilo que ainda não chegou, encontramos a escrita de Henri Pirenne (1862-1935), um homem que compartilhou as circunstâncias e as motivações de seu tempo, que, de modo geral, podem ser identificadas com a crise dos nacionalismos, do liberalismo, do humanismo europeu e, sobretudo, com o fim da esperança do esclarecimento universal pela prometida razão. A filosofia da história, mesmo em sua diversidade, como fruto dos ideais e das experiências modernas, já não conseguia sustentar sua reflexão diante do novo e violento esgotamento de nações que convocavam civis a matarem-se uns aos outros no espaço europeu. Afinal, o próprio Henri Pirenne ficou exilado em Kreuzberg durante a Primeira Guerra Mundial, e ainda assim organizou conferências para seus companheiros de cela.

Precisamos então situar as questões vitais que encaminharam o trabalho de Henri Pirenne em seu tempo para que suas hipóteses possam iluminar a nossa reflexão presente e os seus problemas. Os debates historiográficos desencadeados por sua análise ainda são vigorosos, na medida em que colocam em cena a possibilidade de novas perspectivas históricas sobre a vida, as transformações e o desaparecimento de grandes civilizações. Neste caso, trata-se da formação da Europa Ocidental, sob condições que nosso autor analisa de modo inovador.

A leitura de *Maomé e Carlos Magno* permite o contraponto necessário à reflexão sobre as crises e possibilidades que a ideia de civilização e barbárie assumiu ao longo da história ocidental.

Certamente, a obra de Henri Pirenne trouxe uma “virada” no conceito de civilização na medida em que, para explicar a derrocada do Império Romano, não responsabilizou os invasores bárbaros. Para ele, ao contrário, os germanos não alteraram a religião existente, e seus chefes, pelo menos os mais instruídos, trataram de cultivar e manter o latim como escrita culta e fala diplomática. Para o nosso autor, as invasões germânicas não puseram fim à unidade mediterrânica do mundo antigo, nem fizeram danos à civilização; os bárbaros romanizaram-se. Na primeira parte da obra, Pirenne desconstrói a ideia vigente de uma ruptura violenta entre a civilização romana e uma Europa barbarizada. Em sua pesquisa, enumera sinais que evidenciam que os reinos bárbaros do século V ao VII não acabaram com o Império Romano, mas continuaram com a civilização mediterrânica no Ocidente por uma evidente “vontade de romanização”. Assim, Pirenne relativizou a oposição intransponível entre civilização e barbárie. Afinal, para ele, mesmo a conversão de alguns bárbaros ao arianismo era um indício positivo de integração e fusão com o cristianismo. Pirenne aponta também a crise imperial do século III como uma conjuntura que, apesar das primeiras invasões germânicas, assegurou a manutenção dos contatos do império do Ocidente com o Oriente de sírios, gregos e armênios. Os reis merovíngios mantiveram-se ligados, cultural e economicamente, à civilização mediterrânica. A cidade de Marselha aparecia, nesse caso, como um importante centro de diálogo entre as duas partes do Império Romano.

Henri Pirenne constata que os bispos cristãos, atuantes nos diversos reinos bárbaros, foram herdeiros e continuadores da tradição. Ali eles puderam conservar e transmitir os valores da Antiguidade latina aos chefes bárbaros, que os incorporavam como forma de legitimar sua autoridade. Por outro lado, Pirenne reconhece um movimento em sentido oposto, ao mostrar até que ponto as populações góticas e germânicas também foram capazes de influenciar a sociedade romana. Essa via de

mão dupla é também uma inovação na escrita da história de sua época.

Depois dessa parte dedicada a demonstrar a perenidade de uma civilização mediterrânica para além das invasões bárbaras, Pirenne concentra-se no momento da ruptura, no qual associa a expansão islâmica à construção do Império Carolíngio. A segunda parte de *Maomé e Carlos Magno* trata, assim, das consequências do fechamento do Mediterrâneo para uma nova possibilidade de formação social que inaugura o que ele identifica como Idade Média.

Segundo Henri Pirenne, somente com o “rápido e imprevisto” avanço dos árabes islamizados sobre o antigo Mare Nostrum, entre os anos 650-750, é que houve a “grande fenda”, ou seja, a separação entre as margens do Mediterrâneo, que deixou de ser um fator de sincretismo cultural e comercial, comum aos povos, e tornou-se uma fronteira entre duas civilizações distintas e inimigas. Dava-se, então, a separação entre Oriente e Ocidente. Para nosso autor, com o Mediterrâneo transformado num “lago árabe”, até o papado viu-se obrigado a buscar proteção junto ao reino dos bárbaros francos.

Para Pirenne, a possibilidade de restauração do Império Romano, com a coroação de Carlos Magno pelo papado, teria sido uma resposta às pressões do Islã. Por isso Carlos Magno só pode ser compreendido no espelho de Maomé. No entanto, apesar de reconhecer o caráter inassimilável do Islã em relação ao mundo cristão, em nenhum momento ele privilegia a diferença religiosa ou cultural como causa das mudanças que ocorreram na ordem econômica, mental, política e social da Europa. Na verdade, Pirenne constata que os árabes nada tinham contra a civilização que haviam conquistado. Aliás, até assimilaram algumas de suas instituições, na medida em que precisavam ultrapassar sua própria organização tribal. Tal tese é certamente inovadora, na medida em que escapa de apontar um inimigo externo para a derrocada da civilização mediterrânica.

No entanto, não podemos deixar de perceber que, embora o Islã tenha convivido até de modo pacífico com o Ocidente, a questão crucial é que tal encontro é responsável pela construção de um imaginário, até hoje vigente, do que seriam o Ocidente e o Oriente, quase sempre em contraposição.

Segundo Pirenne, as consequências da expansão dos árabes islamizados marcam o deslocamento da civilização das margens do Mediterrâneo para a bacia do Sena, para o vale do Reno e para o canal da Mancha. O eixo da vida histórica sai do Mediterrâneo para o norte. Tal movimento, para ele, além de marcar o começo da Idade Média, como ruptura com a ordem tradicional, é visto também como um “recuo” que fez com que o horizonte econômico dos europeus encolhesse e obrigou a procura de novas soluções para a manutenção da ordem carolíngia. A ideia de uma mudança de curso no movimento da história e, sobretudo, o seu julgamento como “regressão” nos permite compreender que, para Pirenne, a história teria um sentido determinado, mas que este podia ser modificado por forças contingentes. Para ele, a missão assumida pelos francos na construção da Europa não teria acontecido “se a evolução histórica não tivesse sido afastada do seu curso e, por assim dizer, saído fora dos eixos por causa da invasão muçulmana”.⁶ Porém, Pirenne soube avaliar a importância desse acontecimento, situando-o entre a crença em uma linearidade da história e a complexidade que as possibilidades do acaso apresentavam.

O início da Idade Média, segundo nosso autor, foi marcado pela estagnação das cidades e pela redução do consumo a um consumo local. Depois de Carlos Magno, diante da fraqueza do poder dos reis em favor dos barões e dos duques, o particularismo da feudalidade acirrou-se, o que, para Pirenne, coroava a regressão. Contudo, segundo ele, nesse cenário de desmembramento do Império Carolíngio continuava a se desenvolver um sistema capaz de estabelecer ligações entre as regiões mais distantes do Império e a Igreja. Mesmo depois da fragmentação

política, mantinha-se uma unidade cultural, com elementos romanos e germânicos, que ultrapassava os particularismos.

A presente edição de *Maomé e Carlos Magno* nos convida a pensar a respeito do conceito de “civilização”, que tem múltiplas acepções entre as nações europeias⁷ e que, em Henri Pirenne, deixa transparecer certo orgulho francês aliado a um progresso do Ocidente e da humanidade. Por outro lado, em *Maomé e Carlos Magno* esse mesmo conceito transcende as linhas da raça e da nacionalidade, que ele sabia dominantes em seu tempo, na medida em que apresenta a possibilidade de integração das diversas etnias germânicas à civilização romana.

Por outro lado, Pirenne também faz coincidir o conceito de civilização com lugares vivificados pelo comércio, por pessoas que se movimentam em função das trocas. Assim, Pirenne desvaloriza o próprio título de Império Carolíngio — mas não os francos —, que aparece apenas como uma organização política fraca e transitória que sucumbe na feudalidade.

Enfim, na narrativa civilizacional de Pirenne, a Idade Média europeia representa uma nova forma de organização política, social e econômica diferente dos antigos impérios (Roma, Bizâncio e Arábia). Uma Europa animada por vários centros urbanos que trocavam entre si e compartilhavam um mesmo horizonte cultural. Do mesmo modo que ele não faz coincidir o fim da Antiguidade com a queda de Roma, ele não identifica o fim da Idade Média com a tomada de Constantinopla, e sim com o século XII, com a revolução comercial e a expansão das cidades. Nesse sentido, Pirenne apostava na possibilidade desafiadora da unidade na diversidade e vice-versa.

A presente edição é um passo significativo diante dos desafios atuais ao pensamento em tempos de tantas incertezas que atingem, sobretudo, a escrita da história e o lugar do historiador.

NOTAS

- ¹ Italo Calvino. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 14-15.
- ² Marc Bloch. *Introdução à história*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965, p. 42.
- ³ Adatao Novaes. “Crepúsculo de uma civilização”. In: *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 7-8.
- ⁴ *Apud* Marc Bloch, *op. cit.*, p. 43.
- ⁵ *Ibid.*, p. 44.
- ⁶ Henri Pirenne. *As cidades da Idade Média*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977, p. 26. Do ponto de vista da obra de Henri Pirenne, *Maomé e Carlos Magno* já aparece delineado no capítulo II, “A decadência comercial do século IX”, de *As cidades medievais*, no qual o autor contrapõe as economias de troca e de consumo, associadas a modos distintos de organização política.
- ⁷ Ver Norbert Elias. *O processo civilizador*, v. I. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.